

Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento¹

Julia Zanetti²

Patrícia Lânes A. de Souza³

Resumo

Uma nova e diversificada geração de mulheres jovens vem dando exemplos de que, apesar das muitas e fundamentais conquistas conseguidas até aqui, ainda há muito por que lutar para transformar relações de poder baseadas nas desigualdades de gênero e geração. O presente trabalho pretende analisar os desafios representados pela inserção das jovens mulheres em diferentes movimentos a partir de dois exemplos de ações de mulheres jovens no Brasil em espaços de militância bastante distintos. O primeiro deles é a participação de uma nova geração de mulheres no movimento feminista. Tratando-se de um movimento histórico, que hoje ainda tem como lideranças muitas feministas que participaram ativamente do momento de efervescência do feminismo no Brasil (a partir da segunda metade da década 1970), a inserção das jovens é permeada por muitas contradições. O outro se refere ao universo da cultura Hip Hop. Sendo uma das expressões culturais juvenis de maior visibilidade no Brasil e em outros países, o lugar das mulheres ainda é reduzido e aquelas que buscam se inserir têm que lutar cotidianamente por mais espaço e reconhecimento dentro de uma cultura regida por uma lógica masculina que as torna quase sempre invisíveis.

Palavras -chave: mulheres jovens, Hip Hop, feminismo

As mulheres representam cerca de 51% da população brasileira. Entre a juventude do Brasil – que em 2005 passam de 35 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos – as jovens representam quase 50%⁴. Nas últimas décadas, essa nova geração de mulheres parece estar usufruindo muitas conquistas das lutas de gerações anteriores de mulheres militantes como o maior espaço no mercado de trabalho, terem deixado de ser propriedade de seus maridos, a maternidade estar passando a ser escolha e não destino etc. Essa nova realidade, que se apresenta de maneira muito distinta de acordo com a classe, a raça, o local de moradia e a região do Brasil em que estão tais mulheres, é tão forte que, muitas vezes, traz consigo a

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Cientista social, mestranda em Educação/ UFF e pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

³ Jornalista, especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo PPGSA/ IFCS/ UFRJ. É pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

⁴ IBGE, PNAD 2005.

sensação de que não faz mais sentido, em nossos dias, que grupos e movimentos busquem a igualdade de direitos entre mulheres e homens. No entanto, é preciso reconhecer que isso não quer dizer que não haja mais pelo quê lutar. O que aconteceu, na verdade, foi a atualização de bandeiras de luta e a criação de outras a partir do novo momento histórico e social. Uma nova e diversificada geração de mulheres jovens vem tornando explícitas velhas e novas formas de desigualdades de gênero que, apesar das muitas e fundamentais conquistas conseguidas até aqui, revelam à sociedade que ainda há muito por que lutar.

O presente artigo analisa os desafios e alternativas encontradas pelas jovens mulheres inseridas em dois espaços de militância bastante distintos. O primeiro deles é a participação de uma nova geração de mulheres no movimento feminista. Tratando-se de um movimento histórico, que hoje ainda tem como lideranças muitas feministas que participaram ativamente do momento de efervescência do feminismo no Brasil (a partir da segunda metade da década 1970), a inserção das jovens é permeada por contradições e conflitos. Em seguida, passamos ao universo da cultura Hip Hop. Sendo uma das expressões culturais juvenis de maior visibilidade no Brasil e em muitos países do mundo, o lugar das mulheres ainda é reduzido. Aquelas que buscam se inserir têm que lutar cotidianamente por mais espaço e reconhecimento dentro de uma cultura regida por uma lógica masculina que as torna quase invisíveis. As estratégias são muitas para lidar com a situação e, aqui, serão analisadas algumas delas.

Jovens no feminismo: relações intergeracionais em questão

O feminismo é considerado o movimento social que mais conquistas teve ao longo do século XX, apresentando, porém, certa retração na última década. Além de todos os fatores que contribuíram para o refluxo de vários movimentos sociais, no caso específico deste, possivelmente, contribuiu também a impressão de que a igualdade entre mulheres e homens já estava garantida, o que fez com que se pensasse que o movimento havia perdido sua razão.

É também neste período que questões referentes à condição juvenil começam a adquirir relevância, os(as) jovens, que em princípio eram vistos apenas como problema social, passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares. Assim, mesmo que os diferentes movimentos sociais tenham sempre contado com a participação de sucessivas gerações de jovens, só muito recentemente este grupo passou a reivindicar no interior deles *espaços específicos de discussão e pautas também específicas* (ABRAMO, 2005).

Desde seu já comentado refluxo até muito recentemente as jovens estiveram distantes do movimento feminista e as militantes adultas não pareciam muito preocupadas em

conquistá-las para a militância⁵. Aparentemente, contribuiu para o distanciamento entre o movimento e as jovens o senso comum sobre a participação política da juventude, uma vez que prevalece na sociedade a idéia de que esta é uma geração apática e alienada, o que se mostra um equívoco se consideradas formas de participação não convencionais, como grupos artísticos e religiosos, através das quais é possível verificar um “alargamento dos interesses e práticas coletivas juvenis” (DAYRELL e CARRANO, 2006).

A partir do final dos anos 1990 é possível perceber não só muitas jovens se interessando pelo movimento, mas também trazendo uma perspectiva de juventude para as bandeiras do movimento, o que nenhuma outra geração de jovens anterior ainda havia reivindicado no feminismo. Assim, da mesma forma que em décadas anteriores, o feminismo foi obrigado a reconhecer um novo grupo demandando espaço dentro do movimento e visibilidade para sua forma de perceber e expressar suas questões.

Segundo BIONDI (2000), houve um momento na história do feminismo em que se percebeu que as experiências e demandas que vinham sendo discutidas pelo movimento eram, basicamente, as das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e que estas estavam sendo generalizadas e validadas como de todas as mulheres. Desta forma, iniciou-se um processo que a autora chama de “colocar hífen”, ou seja, buscando legitimar outras identidades que não eram visíveis ou reconhecidas dentro do movimento, muitas mulheres passaram, então, a identificar-se como feminista-negra, feminista-lésbica, feminista-proletária, trazendo novas questões e afirmando as múltiplas identidades que precisavam ser contempladas dentro do movimento. No Brasil este processo ocorreu nos anos 1980. A partir do resgate feito, percebe-se que, mesmo que algumas jovens participassem, não houve o reconhecimento da identidade múltipla feminista-jovem e que tal reconhecimento não era uma demanda apresentada pelas jovens naquele momento.

Neste novo desafio apresentado ao movimento, o reconhecimento das jovens como um novo grupo portador de especificidades, há ainda a peculiaridade que os(as) jovens são “*aqueles que chegam ao campo sem capital*”, ou, de outra forma, sem os atributos valorizados pela maioria dos grupos (BOURDIEU, 2004). No feminismo não é diferente. As jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm a experiência de décadas de militância.

⁵ Nalu Faria, coordenadora nacional da Marcha Mundial de Mulheres (uma das expressões do feminismo internacional), em entrevista ao Jornal da Cidadania afirma: “*Foi em 2002 que a participação de mulheres jovens (na Marcha) se intensificou, sem fazermos muito esforço.*” (Jornal da Cidadania nº 133, mar/abr de 2005)

Atualmente, é visível no movimento feminista um discurso de valorização e até uma certa abertura por parte das mais velhas para a participação das jovens, encarada pelas primeiras como um caminho para a renovação do feminismo. Apesar disto, percebe-se que as conquistas estão em questões mais consensuais ou consideradas de menor importância pelas adultas. Ou seja, quando se entra na disputa política (decidir quem representará o movimento, que reivindicação será prioritária em determinado momento ou quem coordenará as ações) o fato de ser uma “recém-chegada” se apresenta de maneira direta, pois esta jovem está pretendendo ir além do “limite que lhe foi permitido”. Em geral, é nesta situação que acontecem os conflitos que, como afirma BOURDIEU (1983), “*são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos*”. Assim, as relações de poder neste campo são bastante desiguais, o que torna a inserção destas jovens no movimento um desafio que vem sendo enfrentado de diferentes formas.

Uma das estratégias que vem sendo usada pelas jovens mulheres no movimento é a criação de núcleos de juventude em instituições feministas, coletivos estaduais de jovens feministas e redes nacionais e regionais. Formadas na maioria dos casos apenas por jovens, estes são espaços de discussão e articulação das questões das jovens mulheres. Alguns avanços já são visíveis. Um dos mais expressivos é a dimensão da participação das jovens no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em outubro de 2005, em Serra Negra/SP, no qual cerca de 25% das participantes eram mulheres com menos de 30 anos, sendo considerado um marco histórico da participação da juventude no movimento. Fruto de articulações anteriores entre diferentes grupos de jovens feministas, as principais demandas levantadas por elas referiam-se a questões internas ao próprio movimento, tais como a necessidade de formação de lideranças jovens, de canais de participação efetiva para esse grupo, principalmente nas instâncias decisórias, e de um diálogo de igual para igual entre estas e as militantes adultas (SUCUPIRA, 2007).

Outro avanço relevante foi a realização do I Encontro Nacional de Jovens Feministas, realizado na cidade de Maracanaú - Ceará, de 13 a 15 de março de 2008, do qual resultou a criação da Articulação Brasileira de Jovens Feministas. Contando com a participação de cerca de 100 jovens feministas de vários estados do país, número que pode ser considerado relevante, uma vez que cada uma teve que arcar com suas despesas de transporte, o Encontro possibilitou uma reflexão sobre a condição de jovem mulher e suas principais demandas por região, a articulação desta com outras identidades, principalmente racial e de orientação sexual, e a discussão sobre políticas públicas para jovens mulheres.

Vale destacar que o Encontro foi encerrado com a realização de uma Conferência Livre de Mulheres Jovens, cujas propostas sobre saúde, educação, trabalho, meio ambiente,

cultura, meios de comunicação e combate à violência foram enviadas como contribuição na construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril deste mesmo ano. Refletindo o momento político em que o movimento feminista no Brasil se encontra, no conjunto das discussões sobre políticas públicas a principal demanda apresentada foi o direito ao aborto legal e seguro, que além de ser uma bandeira histórica do movimento, voltou a ser amplamente discutido nos últimos anos e é uma questão que afeta diretamente a vida das jovens mulheres. Outras questões que tiveram destaque foram aquelas relacionadas à tripla jornada das jovens: estudo, trabalho e casa/filhos(as), e a imposição pelos meios de comunicação de um único padrão de beleza feminina: branco, alto e anorético.

Estes exemplos da organização das jovens feministas deixam evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido por elas, principalmente se considerarmos que o objetivo principal não é disputar poder dentro do movimento, mas garantir um espaço de discussão sobre suas questões e reivindicar melhores condições de vida para todas as mulheres, considerando as especificidades que cada grupo têm.

As Minas: estratégias de *sobrevivência* em uma cultura masculina

No caso da cultura Hip Hop, as jovens podem ser pensadas a partir das estratégias de que lançam mão para se afirmarem como mulheres em uma cultura predominantemente masculina. A análise de expressões culturais como locus privilegiado para se conhecer práticas e valores juvenis é recorrente nos estudos sobre jovens. As práticas culturais dos jovens podem ajudar a entender de que forma novas gerações atualizam valores e normas sociais e, por outro lado, quais são as possibilidades de transgressão e negociação de tais normas. Buscar refletir sobre as relações entre mulheres e homens jovens a partir da cultura Hip Hop no Brasil tem essa mesma intenção.

A cultura Hip Hop torna-se interessante alvo de análise na medida em que nasce como forma de manifestação cultural da periferia, inicialmente entre jovens negros e pobres nos EUA, para se tornar uma manifestação cultural juvenil transnacional, se expressando através de signos e emblemas como música, roupa, gírias, cortes de cabelo etc. passam a funcionar como sinais que permitem identificar seus adeptos para além das fronteiras de comunidades fisicamente delimitadas (HERSCHMANN, 2000, p. 183). Por outro lado, o Hip Hop, através de seus três elementos básicos - a música, composta pelo *rap*, canto falado (pelos MC's) sobre uma base de batidas bem marcadas e pela figura do(a) DJ, pessoa responsável pela base e pelas mixagens⁶; a dança, conhecida como *break*, e praticada pelos(as) *b.boys* e *b.girls*; e a

⁶ Alguns autores falam em quatro elementos, ao invés de três, pois separam o *rap* da mixagem, ou seja, a figura do *rapper* da figura do DJ, pela relevância e especificidade do DJ e sua prática dentro do Hip Hop.

expressão gráfica, chamada de grafite, intervenção desenhada em paredes e muros com estética característica – se conformou como espaço de intervenção entre jovens de periferia de diversas cidades do mundo, com suas letras e imagens denunciando a realidade social na qual se inserem, ou seja, a miséria, a violência urbana e o racismo. Nesse rol de “questões sociais”, apenas muito recentemente aumenta a força de questões relativas à mulher.

De acordo com Novaes, essa ausência pode ser explicada pela maneira através da qual o Hip Hop foi criado. A autora argumenta que a associação entre Hip Hop e cultura de rua (sendo rua aí entendida como lugar da violência, da criminalidade, do perigo) é uma das razões de as mulheres terem sido historicamente afastadas desse local, onde essa expressão cultural foi criada e vem sendo praticada. Nas palavras da antropóloga: “A rua é associada ao perigo e está fortemente associada ao mundo masculino. Portanto, a chamada ‘cultura de rua’ estaria mais associada aos meninos do que às meninas” (NOVAES, 2001, p. 70). No entanto, ela chama a atenção também para o fato de mesmo “as mulheres da comunidade”, ou seja, aquelas que fazem parte do cotidiano dos homens do Hip Hop (mães, irmãs, esposas, namoradas, filhas etc.) aparecerem pouco nas letras de *rap*. É, portanto, fenômeno recente, que se adensou a partir da década de 1990, a maior visibilidade de mulheres que de alguma forma participam da cultura Hip Hop.

Se pensarmos no Hip Hop como expressão cultural complexa – onde coexistem grupos e coletivos organizados como movimentos sociais, mas também um forte setor vinculado ao mercado e à indústria cultural, sem falar no tangenciamento constante entre esses dois campos – é possível perceber que, nas letras de rap de muitos grupos no Brasil e nos EUA, as mulheres aparecem como símbolos de status e objetos de consumo, ao lado de carros, jóias, armas e apartamentos. Somam-se aos demais como mais um elemento que demonstra a virilidade dos homens. No Brasil, um reconhecido grupo de Hip Hop, os Racionais MCs, compôs, em 1994, a música “Mulheres Vulgares” que, de acordo com depoimento de algumas rappers, contribuiu naquele momento para marcar negativamente o espaço das mulheres dentro da cultura Hip Hop⁷. Outros depoimentos de mulheres revelam outras formas de discriminação ou restrição a sua inserção. Contam elas que já foram vaiadas durante shows e, não raro, sua capacidade como rappers, DJs, grafiteiras ou b.girls é questionada pelos colegas do sexo oposto: “muita gente acha que ser mulher é mais fácil, que se consegue emprego só por ser bonitinha” (matéria “Donas da festa”, Monte de Vênus, site Viva Favela, 28/ 05/ 2005). Muito antes disso, as mulheres que buscavam se inserir na cultura Hip Hop já

⁷ Para os depoimentos aqui referidos, ver SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina**. Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/ UFRJ, 2006. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=38&Itemid=32

percebiam o preconceito e as restrições impostas por esta cultura. Um texto de 1995, “O Rap das Meninas”, de Maria Aparecida da Silva, revela aspectos das trajetórias de jovens mulheres negras e *rappers*, de São Paulo, na cultura Hip Hop. Relatos sobre o preconceito das platéias, predominantemente masculinas, sobre a “superproteção” dos homens ou mesmo de situações de boicote com o objetivo de testá-las⁸ mostram que a inserção no Hip Hop é algo a ser conquistado e que deve ser negociado constantemente.

No entanto, os homens não são únicos agentes de discriminação e afirmação de um lugar subordinado das mulheres dentro do Hip Hop. De acordo com a pesquisadora Wivian Weller em seu artigo “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível” (2005), o preconceito existente contra as mulheres pode ser por elas internalizado e reproduzido. Segundo análise de Weller:

As jovens já internalizaram valores e expectativas atribuídos ao feminino na sociedade em que vivem, que pressupõem todo um cuidado com a preservação da imagem e da reputação. Nesse sentido, as próprias mulheres do movimento hip hop contribuem para a preservação desses valores impostos pela sociedade machista através do trabalho de controle e advertência das companheiras do mesmo sexo: ‘quando é colega da gente, a gente chega fala [que] não pode ficá com todos porque suja a sua reputação. (WELLER, 2005, p. 117)

A visão androcêntrica predominante não tem necessidade de se legitimar e é percebida por homens e mulheres como neutra. As práticas que restringem a participação das mulheres são percebidas, inclusive por muitas mulheres, como necessárias e “naturais”. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (2003), ao encarnarem o papel de dominadas através de seus atos, as mulheres denotam reconhecimento e submissão. Suas atitudes a fim de participar da cultura Hip Hop ou de se tornarem reconhecidas e visíveis se dão em relação a uma ordem masculina estabelecida. Não se trata, no entanto, de um ato consciente ou premeditado, mas da incorporação de uma visão socialmente legitimada que é percebida por homens e mulheres como correta e “natural”.

As formas de lidar com a lógica masculina são múltiplas, mesmo dentro de uma só expressão cultural, como o Hip Hop. Se, por um lado, como já foi visto, muitos(as) homens e mulheres reiteram a prevalência de tal lógica, muitos(as) outros(as) buscam tornar visível o preconceito ou lançam mão de diferentes estratégias para lidar com ele. Os produtos das expressões presentes no Hip Hop (ou seus “elementos”) são um espaço por onde circulam diferentes representações das relações entre homens e mulheres. Mulheres, e também alguns

⁸ “Sharylaine exemplificou uma situação de sabotagem ocorrida com sua DJ: ‘Já aconteceu de um DJ de outro grupo mexer com nossa *pick-up* tirando uma peça ou desligando o equipamento, já desligaram o *mixer*, e depois diziam como se não fosse nada: isso é pra você ficar esperta’”. (SILVA, 1995, p. 521)

homens, utilizam esse espaço como território de disputa das imagens e concepções que costumam reforçar estereótipos relacionados ao feminino e ao masculino. No rap, há a formação de grupos apenas de mulheres (como o Damas do Rap, o Anastácias, o NegaAtivas ou o Odoyá, por exemplo) que criam letras a partir da experiência da mulher, chegando em muitos casos a questionar o lugar da mulher na sociedade. Mais recentemente, cantoras de rap como Nega Gizza e Negra Li passam a fazer tanto sucesso quanto grandes rappers do sexo masculino.

Muitas mulheres usam como estratégia de inserção na cultura Hip Hop o ocultamento de atributos do feminino através da utilização de roupas e comportamentos atribuídos comumente aos homens (como roupas muito largas e bonés, por exemplo). Outras tantas abrem espaço também para vestimentas socialmente associadas à feminilidade, onde o corpo da mulher não precisa ser escondido para que sejam tratadas com respeito, o que não significa que seja super exposto como “parte do espetáculo”. Outro interessante fenômeno nesse percurso por visibilidade e reconhecimento é o uso dos meios de comunicação. O site *GraffGirly* (<http://ira.graffgirlz.com/>), que reúne e divulga o grafite de mulheres de vários países, é exemplo da recente proliferação de páginas da Internet que divulgam a cultura Hip Hop a partir da ótica das mulheres. Outros meios de comunicação também são utilizados como as rádios comunitárias (programa “Ação Melanina”, veiculado entre os anos de 2004 e 2005 em rádios comunitárias e ligadas a organizações não governamentais no Rio de Janeiro) ou o cinema, a exemplo do documentário “Rap de Saia”, realizado no ano de 2005, pela rapper Janaina Oliveira, a Re.Fem, também do Rio de Janeiro.

Nesse processo, a relação entre mulheres do Hip Hop e movimentos e organizações não governamentais feministas, de mulheres e/ ou de mulheres negras é inegável. ONGs como Geledés, em São Paulo, e Criola e Cemina, no Rio de Janeiro, passam a trabalhar com Hip Hop a partir da perspectiva de gênero e/ou da luta das mulheres negras e, nesse processo, jovens mulheres do Hip Hop passam a se vincular a iniciativas dessas organizações. A mediação feita por movimentos e ONGs de mulheres acaba por estimular a organização dessas jovens em grupos e ONGs criadas por elas próprias, buscando trazer como tema questões específicas de sua geração, tendo o Hip Hop como importante elemento de contexto de suas trajetórias.

Não se pode afirmar que a relação entre mulheres e homens no universo do Hip Hop tenha sido profundamente alterada. Como dito inicialmente, a cultura Hip Hop encontra-se inserida em uma sociedade onde, apesar de importantes conquistas da luta pelos direitos das mulheres nas últimas décadas, as desigualdades de gênero continuam presentes em muitas esferas das relações sociais (diferenças salariais na ocupação de um mesmo posto de trabalho,

altos índices de violência contra a mulher, responsabilização majoritária da mulher pela realização das tarefas domésticas e cuidados com as crianças (filhos(as), irmãos(ãs), netos(as) etc). Quando se pensa que tais desigualdades de gênero estão também desigualmente “distribuídas” entre as mulheres brasileiras de acordo com sua classe social, raça e local de moradia e que a maior parte das participantes de grupos e movimentos de Hip Hop são mulheres negras, pobres e moradoras de bairros periféricos e/ou favelas, é possível concluir que entre elas estão mulheres que lidam com tais desigualdades de maneira ainda mais profunda em seu cotidiano.

Os desafios colocados para a alteração das relações de gênero em nossa sociedade se atualizam também nas culturas juvenis, caso do Hip Hop. O espaço que essa cultura dá para o questionamento de tais relações ainda está longe de ser o mesmo dado ao questionamento das desigualdades sociais e raciais. O Hip Hop, como produto cultural veiculado pelos grandes meios de comunicação de massa, continua a difundir imagens de rappers que *têm* mulheres, onde elas são exibidas como mais um símbolo de virilidade e status. No entanto, outros setores, incluindo-se aí muitos daqueles que entendem-no como movimento social, buscam repensar o lugar da mulher nessa cultura e na sociedade, não sem contradições e negociações constantes. Nesse quadro, as mulheres jovens, em alianças com homens que também não aceitam os estereótipos de gênero constantemente atualizados em tal contexto, buscam construir alternativas de visibilidade e reconhecimento, que se contraponham à lógica vigente.

Caminhos possíveis

Os dois casos aqui apresentados explicitam desafios que a inserção das jovens mulheres em diferentes movimentos representam. Mas demonstram também a persistência das jovens na luta por espaço e reconhecimento, já tendo conquistado, nesse processo, muitos(as) aliados(as). A organização em grupos formados exclusivamente por jovens mulheres e a relação deles com outros atores sociais (como movimentos, organizações de mulheres, redes de jovens etc.) colocam-se, nesse contexto, como estratégias fundamentais para a permanência das questões que levantam, bem como para seu fortalecimento. Resta perguntar até que ponto é possível alterar relações de poder baseadas nas desigualdades de gênero e de geração em contextos concebidos e regidos por uma lógica masculina e adulta que é reproduzida e percebida como legítima. As questões aqui levantadas poderão ser respondidas na medida em que se multipliquem e se difundam os estudos que busquem entender como as mulheres estão vivendo sua juventude e de que estratégias vêm lançando mão para entrar e permanecer em culturas, espaços e movimentos onde a lógica dominante as coloca em um lugar subordinado.

Bibliografia:

ABRAMO, Helena Wendel e LÉON, Oscar Dávila. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BIONDI, Liz. Focalizar as Políticas de Identidade. In: **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: sem editora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 3ª ed.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo César. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=32. Acesso em 11/09/06.

HERSCHMANN, Michael. **O Funk e o Hip Hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

LEAL, Mariana. “Donas da festa”. In: **Monte de Vênus, site Viva Favela**. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2005.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina**. Dissertação de Mestrado. Orientação: Regina Reyes Novaes. PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2006.

SILVA, Maria Aparecida da. “O Rap das Meninas” In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, PPCIS/ UERJ. Vol. 3, Nº 2, 1995. p. 515-524.

NOVAES, Regina Reyes. “Hip Hop: o que há de novo?” In: **Proposta – Revista Trimestral de Debate da FASE – Novas ONGs, novos desafios**. Rio de Janeiro: FASE. Ano 30. Setembro/ Novembro de 2001. p. 66-83.

SUCUPIRA, Fernanda. **Mulheres de 30 países defendem a radicalização da democracia**. Disponível em:

http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3926.

Acesso em: 05/06/07.

WELLER, Wivian. “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a artes de se tornar visível”. In: **Revista de Estudos Feministas**, v.13. n.1, Florianópolis, Jan./Abr. 2005. p. 107-126.